

sem texto na margem superior desta página; início da ata a partir desta linha.

51ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL GRANDE ABC
02 de junho de 2014

Ao segundo dia do mês de junho de 2014, na sede do Consórcio Intermunicipal Grande ABC, situada à Av. Ramiro Colleoni nº 5, Santo André, a partir das 9 horas, realizou-se a Quinquagésima Primeira Reunião Ordinária, sob a presidência do Prefeito do Município de São Bernardo do Campo e Presidente do Consórcio, Senhor LUIZ MARINHO, e com as presenças dos Excelentíssimos Prefeitos dos Municípios de Santo André, Senhor CARLOS GRANA; o Prefeito de São Caetano do Sul, Senhor PAULO NUNES PINHEIRO; o Prefeito de Diadema, Senhor LAURO MICHELS; o Prefeito de Mauá, Senhor DONISETTE BRAGA; a Vice Prefeita de Ribeirão Pires, Senhora LEONICE MOURA, e o Prefeito de Rio Grande da Serra, Senhor LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA. Presentes também os Assessores Regionais de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires, bem como o Secretário Executivo da Presidência, Senhor Luis Paulo Bresciani. Ausente o assessor regional de Rio Grande da Serra. INÍCIO – O presidente Luiz Marinho iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos e dando boas vindas aos Presidentes das respectivas Câmaras Municipais, os Vereadores Donizete Pereira, Tião Mateus, Sidão da Padaria, Manoel Marinho, Paulo Soares e Edson Savietto, com ausência justificada do Presidente da Câmara Municipal de Rio Grande da Serra. Os presidentes foram convidados para participar da Assembleia para tratar sobre a ampliação do quadro de funcionários do Consórcio. O presidente do Consórcio inicia sua apresentação mencionando a necessidade de uma reestruturação no quadro de funcionários, destacando que as Câmaras de Vereadores acompanharam o trabalho do Consórcio e a sua mudança de atuação recentemente, com a elaboração do PPA Regional, que contou com a participação de muitos vereadores durante as audiências públicas. Salaria que para a execução do PPA até 2017 é necessário essa reestruturação, uma vez que a equipe atual é enxuta para a demanda atual e futura. Destaca que houve uma mudança importante de política de adequação à nova legislação de Consórcios Públicos no país e a partir disso criou-se a necessidade de uma estrutura que corresponda à necessidade efetiva das tarefas. A nova estrutura proposta está projetada também para o período seguinte, em torno de 2020, preparando antecipadamente a estrutura para suprir as demandas atuais e futuras. Ao exposto, o Presidente Luiz Marinho pergunta se alguém tem algo a completar. O Secretário Executivo inicia a apresentação agradecendo a todos e apresentando a diretoria do Consórcio, composta pelos diretores Wanessa Isídio, Hamilton Lacerda e Leandro Piccino, que trabalharam nesta proposta junto ao GT Jurídico e na apresentação aos Prefeitos durante a Assembleia do mês de abril. Após a aprovação nessas instâncias, se faz necessária a alteração das leis municipais que aprovaram o consorciamento, especificamente no quadro de funcionários, como reza o estatuto. Informa que na pasta entregues aos senhores Presidentes e Prefeitos, há uma correspondência do Prefeito Luiz Marinho para cada um dos municípios e a minuta do projeto de lei que precisa ser tramitada internamente em cada município. Entrega também uma cópia do estatuto que foi alterado em abril e o caderno do PPA Regional, que é uma

síntese do documento oficial. Sobre o PPA Regional relembra os cinco grandes desafios: a infraestrutura regional, desenvolvimento urbano e gestão ambiental, desenvolvimento econômico regional, inclusão social e direitos humanos, e o desenvolvimento institucional. A partir das plenárias e contribuições, houve o desdobramento em 11 programas e 63 ações prioritárias, ressaltando que algumas já estão sendo executadas, como na mobilidade urbana, com a contratação de obras e novos projetos com recursos do PAC, além dos projetos de drenagem, que são a prioridade para 2014. Outro programa com ações mais avançadas é a redução de riscos urbanos e ambientais, onde já foram atualizados os mapas de riscos das sete cidades e o Consórcio vem trabalhando na remoção das famílias nas áreas de risco iminente. No caso do desenvolvimento institucional, destaca além das ações que o Consórcio realiza desde 1990, como na articulação federativa, os desafios de elaborar e implantar o Plano de Comunicação Institucional, de criar o observatório de políticas públicas do Grande ABC, e de promover a formação regional de gestores públicos. Com relação ao quadro de funcionários, o Secretário lembra que o quadro atual faz parte do protocolo de intenções e das leis municipais aprovadas nas sete câmaras entre 2009 e 2010, o qual configurou o Consórcio Público em fevereiro de 2010. Informa que a proposta contempla a expansão imediata do quadro de 23 para 33 funcionários e em médio prazo para até 56 funcionários, de acordo com a necessidade e autorização explícita da Assembleia de Prefeitos. Em seguida apresenta a exposição de motivos, informando que a composição original do quadro funcional correspondeu ao momento de transição para a figura do Consórcio Público, com a fixação de quadros e regulação do processo seletivo, destacando a montagem de uma estrutura básica necessária ao processo de transição e a formação de corpo técnico na Diretoria de Programas e Projetos. Atualmente, o quadro interno de funcionários não mais corresponde à agenda de curto e médio prazo do Consórcio, especialmente no âmbito das Diretorias de Projetos e Administrativa. Menciona que a estrutura dos grupos de trabalho pode apoiar, mas não supre a necessidade de trabalho administrativo e técnico existente e por isso o escopo da proposta consiste em ampliar o quadro interno para realização em duas etapas: imediata e de médio prazo. A proposta atende assim ao crescimento do papel executor de políticas regionais; fortalecer as capacidades técnica e administrativa; ampliar a capacidade de relacionamento/articulação para dentro e para fora da região e adequar o quadro de salários ao perfil profissional necessário e praticado pelas prefeituras que possuem um quadro mais elevado. Informa que os presidentes das Câmaras receberam dois quadros, um com a estrutura completa com todos os cargos, salários e atribuições e outro com a previsão para contratação imediata. Na Secretaria Executiva a grande mudança é a formação de uma área de controle interno solicitado pelo TCE e a ampliação da assessoria de comunicação. Na Diretoria Administrativa, menciona a divisão em duas novas coordenadorias, mas ressalta que essas funções serão reservadas a servidores concursados no próprio Consórcio ou nos municípios consorciados. Além disso, haverá a transformação do cargo de assistente de CPD em analista de TI. No caso da Diretoria de Projetos, será a área técnica priorizada, com a criação da função de gestor de políticas públicas que incorpora e substitui progressivamente os atuais técnicos de programas e projetos, criando uma capacidade mais versátil, além da criação de duas coordenadorias para melhor divisão das atribuições

gerenciais. Na Diretoria Jurídica, em curto prazo permanecerá com um diretor e um agente administrativo, e em médio prazo se amplia com a contratação de dois procuradores. Essas são as mudanças em curto prazo elevando de 23 para 33 funcionários. Apresenta também o detalhamento da expansão de médio e longo prazo, até 56 servidores, desde que progressivamente os Prefeitos entendam haver essa necessidade. No quadro seguinte, Anexo III das leis originalmente aprovadas, estão os cargos atuais e os novos cargos, destacando os que serão extintos na vacância. O quadro traz como na versão original o nome do cargo, a carga horária, a forma de provimento, o número de vagas, os requisitos, o salário bruto e as atribuições. Em seguida, o Secretário Executivo apresenta o estudo de impacto financeiro para preenchimento imediato, que alcança 19% da receita líquida do Consórcio em 2014, representando em 2015 pouco mais de 11% da receita prevista do Consórcio. O Secretário Executivo encerra a apresentação e se coloca à disposição para dúvidas e esclarecimentos. O Presidente Luiz Marinho abre a palavra e diz que a ideia é contar com a colaboração de todos os presidentes para dar andamento ao projeto de reestruturação do quadro funcional. O Prefeito Gabriel Maranhão agradece e diz que o Consórcio tem apoiado muito o município de Rio Grande da Serra, ampliando o seu orçamento na parceria de projetos de mobilidade e habitacional, por isso considera a importância do Consórcio para os municípios, principalmente na questão regional e considera que com o aumento da estrutura a região tem mais a ganhar. O presidente da Câmara de Mauá, Paulo Soares, fala da importância do Consórcio e acredita que podemos dar um passo maior, solicitando aos Prefeitos estudarem uma forma do poder legislativo participar mais efetivamente, uma vez que a Câmara está inserida no município, por isso considera importante um representante de cada legislativo municipal com assento no Consórcio. O Presidente responde que foi discutido num debate anterior com as Câmaras em São Bernardo do Campo e essa questão foi colocada. Diz que vê com naturalidade a participação do parlamento no Conselho Consultivo e se coloca à disposição para discutir quantos assentos e autorizar essa participação, o que seria muito interessante. O Prefeito Donisete Braga cumprimenta a todos e diz reafirmar na mesma linha do Prefeito Gabriel, pois com relação à situação financeira de Mauá foi decisiva a ajuda dos Prefeitos Carlos Grana e Luiz Marinho, que terminaram elevando a condição de financeira do município e ajudando de forma direta e indireta aos demais municípios, através do Consórcio. Considera que a participação do Consórcio tem sido tranquila com o governo estadual e federal independente das questões partidárias e de uma forma muito republicana, o que tem fortalecido a região, tornando uma referência no país. Também registra a participação da equipe técnica do Consórcio, por ser um quadro muito competente e que tudo tem avançado consideravelmente. Termina dizendo que vê com bons olhos a representação dos parlamentares no Consórcio. O Prefeito Carlos Grana seguindo a mesma linha, diz que de fato há uma demanda extremamente significativa para o Consórcio, que tem dado um novo padrão à região efetivamente, destacando os projetos em andamento e que para isso precisa de equipe técnica para a realização desses projetos e compartilha da ideia da participação dos vereadores no Consórcio. O Presidente da Câmara de Diadema, vereador Manoel Marinho diz que o Consórcio tem um papel importante no desenvolvimento da região e acha importante essa integração. Questiona sobre o

prazo para essa definição. O Presidente da Câmara de São Bernardo, Sr. Tião Matheus, acha importante essa integração e declara que tem acompanhado de perto o trabalho do Consórcio. O Presidente Luiz Marinho sugere que esse debate seja realizado diretamente nas Câmaras com a presença de todos os vereadores, considerando que os presidentes façam uma consulta nas casas, com uma plenária entre as Câmaras e o Consórcio para apresentar a proposta a todos os vereadores. Destaca a necessidade da presença do Secretário Executivo e diretores do Consórcio, para apresentar a todas as Câmaras. Quanto ao Conselho Consultivo, informa que atualmente é composto por seis membros titulares e seis suplentes, sendo dois de cada segmento: Instituições de Ensino Superior; Sindicatos; Indústrias; Comércio; Serviços; e Sociedade Civil organizada não representada nos segmentos anteriores. O atual mandato está sendo encerrado e será realizada uma nova eleição em meados de Agosto, onde pode ser estabelecida também a representação dos parlamentares. Diz que a aprovação do quadro de funcionários e o número de representantes do conselho consultivo é independente, uma não depende da outra, mas se forem aprovados juntos é melhor para todos. O Diretor Jurídico, Sr. Leandro Piccino, esclarece que para que haja a inclusão do legislativo no Conselho Consultivo, é necessária uma nova alteração estatutária e na sequência a eleição e convocação do Conselho Consultivo. O Presidente fala que a assembleia de vereadores tem o desafio de pensar um parlamento para o ABC, e sugere a indicação de dois representantes do coletivo dos legislativos municipais, podendo alternar durante o mandato, quando necessário. O presidente pergunta se todos estão de acordo para que na próxima assembleia seja feita a alteração estatutária e depois a instalação do novo Conselho Consultivo, com a aprovação dos presidentes das Câmaras municipais presentes à Assembleia. Deliberação/encaminhamentos: o Presidente solicita que seja feita imediatamente a tramitação do projeto para as respectivas Câmaras, colocando a Secretaria Executiva à disposição de todos, e agradece aos presidentes das Câmaras presentes.

Dando sequência à pauta, inicia-se a reunião com os Secretários de Transportes e GT Mobilidade sobre a gestão dos corredores regionais e encaminhamentos do PAC Mobilidade. O Presidente Luiz Marinho informa que está sendo preparada a vinda da Presidenta Dilma Rousseff ao Grande ABC no final de junho, mas a data ainda será definida. O Sr. Gilnei Peroni, da CAIXA, diz que a proposta é assinar os contratos do PAC durante a visita da presidente, mas que é preciso agilizar a documentação para ocorrer a assinatura até aquela data. O Sr. Rafael Rosa, da Caixa, apresenta a relação de documentos que cada município deve apresentar para contratar e informa que se as planilhas estiverem corretas é possível lançar a licitação. Informa que colocou à disposição do Consórcio uma equipe para dar celeridade nesse projeto. Na sequência apresenta o check list necessário para assinatura dos contratos até o final do mês. Rafael Rosa informa que houve uma reunião no dia 28/05 para informar aos municípios os documentos necessários para contratar com cláusula suspensiva, acertar as planilhas para licitação e depois encaminhar para a análise final. Pede aos municípios o envio do cronograma de desembolso, a carta consulta, o quadro de investimentos, o cronograma financeiro, a declaração e a comprovação de contrapartida. A Sra. Andrea Brisida, coordenadora do GT Mobilidade, afirma que no próximo dia 5 de junho já teremos uma nova reunião técnica com a Caixa e os municípios quem tiverem os projetos, a

planilha orçamentária, e o mapa geral de intervenção para dar início à etapa de pré-análise. A Sra. Sandra Malvese, da equipe técnica do Consórcio, informa que a pasta dos prefeitos contém o check list e o cronograma para entrega dos documentos. Na sequência, a Sra. Andrea Brisida fala sobre a gestão dos corredores regionais, informando que em abril surgiu a discussão sobre um padrão para os abrigos de ônibus, bem como a elaboração do Plano de Orientação de Tráfego Regional e a continuidade do contrato de sincronização semafórica, sendo necessário tomar essas decisões o quanto antes para avançar com as propostas. Informa que o GT Mobilidade tem um orçamento prévio para esses projetos, com a posterior implantação e execução a cargo dos municípios. O Presidente Luiz Marinho entende ser interessante trabalhar uma identidade regional, seja na questão dos abrigos de ônibus como na gestão semafórica, mas é necessário ter uma consciência disso para haver uma pactuação regional, sugerindo uma gestão semafórica monitorada pelo centro de controle com gestão regional, para que nenhuma das cidades tenha autonomia para mudar a sincronização e o controle. O Prefeito Grana fala sobre a criação de uma instituição própria que faça a operação do sistema regional. Sobre o programa Travessia Segura, Andrea Brisida informa que o edital para contratar a agência de publicidade deverá ser publicado na próxima semana, mas é preciso o empenho das prefeituras para adotar a campanha regionalmente e não criar uma campanha paralela. Andrea diz que precisamos da definição de como será essa campanha, se será mais intensa e se haverá a colaboração de todos os municípios. Deliberação: os prefeitos deliberam que os secretários de mobilidade se reúnam e participem das próximas discussões do GT Mobilidade para tratar sobre a padronização dos abrigos de ônibus nos corredores principais, POT e depois da definição da nova campanha Travessia Segura.

Dando sequência à pauta, o Secretário Executivo inicia os informes, destacando a audiência pública para debater o orçamento estadual 2015 na região, no mesmo dia 02/06, às 20h, no auditório do Consórcio. O Diretor de Programas e Projetos, Sr. Hamilton Lacerda, informa que já estamos com uma minuta das demandas (documento entregue aos prefeitos), com 51 emendas apresentadas no orçamento de 2013, em cima disso foi feito um balanço e elaborada a nova relação de demandas, que significa em grandes linhas a reapresentação dos pleitos apresentados anteriormente, e novamente envolvendo recursos superiores a R\$ 7 bilhões. No item sobre os encaminhamentos para a remoção de moradias em áreas de risco, a Sra. Sandra Malvese fala que nos dias 09 e 23 de maio ocorreram reuniões com o Grupo Temático Gestão de Riscos e com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, uma vez que o termo de adesão foi assinado e cada município deveria preencher o seu plano de trabalho e encaminhar à DRADS para aprovação no conselho municipal de assistência social. Todos os municípios retornaram seu calendário, com exceção de Ribeirão Pires e Diadema, sendo que o Estado declarou que pretende fazer o repasse até o dia 04/06, antes do início do calendário eleitoral. No item 3, encaminhamentos da reunião com o BNDES, o Secretário Executivo informa que realizou duas reuniões técnicas após a visita do Presidente do BNDES, Sr. Luciano Coutinho ao Consórcio, e que o BNDES autorizou o encaminhamento de duas cartas consultas, uma referente ao PMAT, relacionada com a implantação de um data center regional e outra para a abertura de um Fundo de Estruturação de Projetos, com recursos não reembolsáveis, que poderia

viabilizar a elaboração do plano de saneamento regional. Informa que as equipes técnicas estão trabalhando nessas demandas e provavelmente na próxima assembleia haverá um informe sobre o encaminhamento e os avanços neste assunto. No item sobre a atuação da Fundação Casa no Grande ABC, o Secretário Executivo informa que a pedido da coordenadora do GT Assistência Social, Sra. Márcia Barral, o assunto foi retirado da pauta. Por fim, no que se refere à chegada da unidade móvel de enfrentamento à violência contra mulher para a região, o diretor de programas e projetos, Hamilton Lacerda, informa que a Secretaria de Políticas para Mulheres, do governo federal, disponibilizou dois ônibus, um para o Estado e um para a Região Metropolitana e São Paulo, designados para o atendimento às mulheres vítimas de violência. O GT Gênero está trabalhando nessa demanda e deve receber o ônibus no mês de agosto, durante 10 dias, que passará pelas 7 cidades do ABC, atendendo as comunidades para divulgação do trabalho e distribuição da cartilha preparada pelo GT para divulgação dessas informações. Em relação ao Dia da Consciência Negra, o Secretário Executivo informa que houve uma audiência pública na Câmara de Santo André para debater a questão do feriado e o funcionamento do comércio da região. Algumas cidades mantiveram o feriado no dia 20 e outras transferiram para o dia 21, por definição de cada município. O prefeito Luiz Marinho afirma que São Bernardo do Campo transferiu o feriado para o dia 21, não havendo ponte nessa data e abre o debate com os demais prefeitos sobre uma possível padronização dessa data. Após o debate entre os prefeitos, apenas o município de São Bernardo manteve a mudança de data para o dia 21/11, e os demais município avaliarão essa possibilidade até a próxima assembleia. Finalmente, o Secretário Executivo informa que haverá um Seminário Internacional de Resíduos Sólidos, dias 06 e 07 de agosto, no Teatro Municipal de Mauá.

Como ultimo ponto de pauta, coloca-se em debate a deliberação sobre o reajuste salarial dos funcionários do Consórcio. O Secretário Executivo informa que a data base para reajuste é julho e a comissão de funcionários pleiteou as seguintes demandas: aplicação do INPC entre Jun 2014/Jul 2013, estimado atualmente em 5,81%; aumento real de 3%; ajuste correspondente da bolsa auxílio para estagiários; pagamento de vale alimentação (R\$ 200/mês); ajuste do vale refeição de R\$ 20 para R\$ 21,40; pagamento de vale cultura. O impacto financeiro sobre a previsão das despesas com pessoal, atualmente em 8,89% da Receita Corrente Líquida, após o reajuste pelo INPC, se elevaria para R\$ 1.671.792,54 (correspondendo a 9,17% da RCL). Informa que havendo a aprovação da ampliação do quadro de funcionários pelas sete Câmaras, os salários atuais se elevam em torno de 20%. Deliberação: os prefeitos aprovaram o reajuste pelo INPC (com estimativa atual em 5,81%) além do aumento do vale refeição para R\$22,00/dia.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente Luiz Marinho deu por cumprida a pauta, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, às 12h, cuja ata, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Assembléia Geral. Eu, Luis Paulo Bresciani, Secretário Executivo do Consórcio, digitei, conferi e assino abaixo. -. Região do Grande ABC, em 02 de junho de 2014. Prefeitos signatários, presentes na 51ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral.

LUIZ MARINHO
PRESIDENTE
Prefeito do Município de São Bernardo do Campo

LAURO MICHELS
VICE-PRESIDENTE
Prefeito do Município de Diadema

CARLOS ALBERTO GRANA
Prefeito do Município de Santo André

PAULO NUNES PINHEIRO
Prefeito do Município de São Caetano do Sul

DONISETE BRAGA
Prefeito do Município de Mauá

LEONICE MOURA
Vice Prefeita do Município de Ribeirão Pires

LUIS GABRIEL FERNANDES DA SILVEIRA
Prefeito do Município de Rio Grande da Serra

LUIS PAULO BRESCIANI
Secretário Executivo da Presidência

Nota: Abaixo da linha supra não fazem parte quaisquer termos constantes na Ata da 51ª Reunião Ordinária da Assembléia Geral do Consórcio Intermunicipal Grande ABC.